

UM ESTUDO DA FORMAÇÃO CONTINUADA – O PROJETO SALA DO EDUCADOR

Cleidinir Regina Meinerz de Oliveira¹

RESUMO

Estudar a importância existente na formação continuada dos docentes, com a intenção de explicar sobre as ações educacionais para que sejam utilizadas pelo responsável pela administração da Escola na busca de apresentar essas novas ferramentas para que o docente possa ser capaz de aperfeiçoar e melhorar a qualidade da ação dele junto aos alunos. Para a confecção desta pesquisa, a abordagem foi feita utilizando recursos típicos de uma pesquisa de campo, como observações ativas e passivas junto aos discentes, entrevistas, questionários etc., para poder definir as ações pedagógicas existentes no Projeto Pedagógico da Instituição de Ensino em questão.

Palavras Chave: Gestão Escolar, Formação Continuada, Ação Docente.

ABSTRACT

Study the existing importance on continuing education of teachers, with the intention to explain about educational actions to be used by the person responsible for the school administration in seeking to introduce these new tools so that the teacher might be able to refine and improve the quality of his action with the students. For the preparation of this research, the approach was made using typical features of a field research, such as active and passive observations among the students, interviews, questionnaires etc., to be able to define pedagogical actions exist in the pedagogic project of the educational institution in question.

Keywords: School Management, Continuing Education, Teaching Action.

¹ graduação em Letras – Espanhol, Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Professora da Escola Estadual Vinícius de Moraes- Apiacas.MT.

INTRODUÇÃO

Estamos na era da informação, isso é fato consumado. Na sociedade globalizada em que vivemos a formação inicial, mesmo em nível superior, já não é, por si só, garantia de qualidade. Desse modo, torna-se imprescindível, adoção de medidas que possibilitem o aperfeiçoamento *continuum* e permanente para todos os professores, pois a tendência mercadológica demonstra a necessidade de um profissional atualizado e de caráter polivalente.

O Gestor Escolar também é responsável pela formação contínua dos docentes da Escola que gerencia, e não deve esperar, apenas, por políticas públicas. Todas as ações da Escola devem ser elaboradas a partir da análise de sua realidade através do processo de avaliação institucional, buscando alcançar os objetivos de autoconhecimento e conseqüentemente a sua melhoria como um todo. É necessário tentar disseminar, generalizar o sucesso na Escola e no sistema. Também é necessário deixar de reproduzir velhas formas, modificar radicalmente o que funciona mal, ou com baixa qualidade e elaborar alternativas para a introdução de novos caminhos para a efetivação do seu sucesso tendo como alvo o pleno desenvolvimento do aluno. Isso só será possível mediante professores que estejam em contínuo aperfeiçoamento, refletindo sua prática para transformá-la.

A formação de professores tem provocado discussões e debates acalorados, pois existem muitas dúvidas e indefinições, uma vez que, o encaminhamento apropriado depende de um trabalho coletivo, que abra espaço para manifestações, depoimentos e sugestões dos próprios professores.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A pesquisa de campo foi tratada a luz do estudo de caso. Estudo de caso é o estudo de um assunto, seja ele simples ou específico complexo ou abstrato, sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. Buscando explicitar tal tema, fundamentou-se em Ludke e André (1986).

Os estudos de caso têm características fundamentais: visam a descoberta, enfatizam a interpretação em contexto, buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.

Os pesquisadores usam uma variedade de fontes de informação, revelando experiências vicárias e permitem generalizações naturalísticas, procurando representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

Esse tipo de pesquisa utiliza uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa, seu desenvolvimento dá-se em três fases: Exploratória, delimitação do estudo e análise sistemática. Primeira fase, exploratória: começa com um plano muito incipiente que vai delimitando mais claramente à medida que o estudo se desenvolve.

Segunda fase, a delimitação do estudo: Identificados os elementos-chaves e os contornos aproximados do problema, determina-se os focos da investigação e estabelecem-se as áreas de estudo.

Na terceira fase, a análise sistemática e a elaboração do relatório: Nesta fase, surge a necessidade de se juntar à informação, analisá-la e torná-la disponível aos informantes para que se manifestem suas reações sobre a relevância e a acuidade do que é relatado. Como cada caso é um caso, há vários problemas que podem surgir quanto ao planejamento ou desenvolvimento do estudo de caso.

A pesquisa teve como lócus a Escola Estadual de Ensino Fundamental Vinícius de Moraes no Município de Apicás, tendo como foco principal, os professores do Ensino Fundamental.

No plano internacional, o Brasil participou de conferências realizadas por organismos internacionais – Conferência Mundial de Educação Para Todos, UNESCO, UNICEF e Banco Mundial, e, na Declaração de Nova Delhi, não só o Brasil, como também outros nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo, assumiu o compromisso de reconhecer a educação como instrumento proeminente da promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito, a necessidade de medidas em relação à formação continuada, profissão, carreira e salários.

Ainda na década de 90, a UNESCO (em 1993) instaurou a Comissão Internacional sobre a educação para o séc. XXI para identificar as tendências da educação nas próximas décadas. O relatório conclusivo, em 1996, indicou entre outras questões, as aprendizagens que serão pilares da educação nas próximas décadas, por serem vias de acesso ao

conhecimento e ao convívio social e democrático: aprender a conhecer aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Assim, temos uma nova concepção de educação Escolar que redimensiona o papel do professor e exige uma formação profissional muito superior à atual. Como signatário dos acordos internacionais, o Brasil adotou medidas objetivando a valorização do magistério, melhoria das condições de trabalho e da situação social do docente, fatores decisivos no sentido de se programar a educação para todos. E a elaboração do Plano Decenal da Educação (1993 – 2003) provocou mobilização nacional, envolvendo a sociedade civil, secretarias estaduais e municipais.

O Plano Decenal da Educação Para Todos *apud* Parâmetros Curriculares Nacionais (1998:19) estabeleceu um conjunto de diretrizes políticas voltado para a recuperação da Escola fundamental do país. Além do Plano Decenal de Educação Para Toda a aprovação da Lei nº 9.394, de 20/12/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, foi outra medida adotada em favor de uma educação mais eficiente e de qualidade.

Em 1998, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, que incorporou parte considerável do pacto internacional. Outras medidas também foram adotadas, como por exemplo, a criação da TV Escola, a avaliação de cursos de nível superior, a análise da qualidade dos livros didáticos brasileiros pelo Ministério da Educação, uma série de iniciativas de reorientação curricular e formação continuada de profissionais da educação por várias secretarias estaduais e municipais.

Assim, os artigos 61 e 62 da LDB (1998: 25) preceituam que:

61 – A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

62 – A formação dos docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.(grifo nosso).

Entretanto, não só a legislação vigente, como também o pacto internacional, bem como, a necessidade de um “cliente” mais exigente, analítico e questionador, requer maior conhecimento por parte do professor. Assim, foi-se o tempo em que a função docente estava relacionada a um conjunto de virtudes, como: abnegação, sacrifício, bondade, paciência, sabedoria. Na era do conhecimento os substantivos educacionais são outros: profissionalização, autonomia, revalorização, qualificação e capacitação.

De modo que, se a formação inicial é exigência legal, a formação continuada do docente é também uma necessidade e um direito garantido, para que se tenha uma efetiva educação de qualidade.

Em relação ao aprender contínuo, Antonio Nóvoa (2001: 14) em entrevista publicada na Revista Nova Escola, afirma que:

O aprender contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve se concentrar em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente e a Escola, como lugar de crescimento profissional permanente. Sem perder de vista que estamos passando de uma lógica que separava os diferentes tempos de formação, privilegiando claramente a inicial, para outra que percebe esse desenvolvimento como um processo. Aliás, é assim que deve ser mesmo. A formação é um ciclo que abrange a experiência do docente como aluno (educação de base), como aluno-mestre (graduação), como estagiário (práticas de supervisão), como iniciante (nos primeiros anos da profissão) e como titular (formação continuada). Esses momentos só terão formadores se forem objeto de um esforço de reflexão permanente.

Segundo Nóvoa, concluir o magistério ou a licenciatura é apenas uma das etapas ao longo do processo de capacitação que não deve ser interrompido enquanto houver jovens querendo aprender. Assim, quando o autor coloca a pessoa do professor como agente do aprender contínuo, quer dizer que esse processo depende muito do “querer” do professor. Não bastam as políticas governamentais estarem voltadas para a formação continuada. É preciso, antes de tudo, que o professor compreenda essa necessidade. E essa conscientização deve partir do gestor.

No mesmo sentido, Demo (1996, p. 49), afirma que: “Todas as profissões mais ligadas ao desafio da qualidade humana envelhecem rapidamente, porque dependem da capacidade inovadora. Isto, sobretudo é válido para o educador, que encontra no conhecimento sua instrumentação mais importante de mudança”.

Demo (1996, p. 38), vai ainda mais além, quando diz “ser condição fatal da educação que o professor seja pesquisador”, isso naturalmente, não quer dizer que o professor deva ser

um exímio pesquisador, ou um doutor profissional da pesquisa, porém, por se tratar de um profissional da educação, precisa pesquisar, pois na Escola a pesquisa prevalece como princípio educativo.

Demo (1996:41), é categórico nesse sentido, chegando a afirmar que: “(...) o professor destituído de tais interesses não desenvolveu ainda suficiente personalidade profissional (...)”. No entanto, a elaboração e articulação desse processo formativo contínuo não dependem apenas, de políticas governamentais, mas também é de responsabilidade do Gestor Escolar, uma vez que é ele quem está diretamente ligado ao professor, é ele quem sabe onde estão as falhas, portanto, somente o gestor é capaz de direcionar o tipo de formação de que os docentes necessitam. Assim, *a priori*, compete ao gestor o compromisso de estimular, criar meios, formular estratégias e estabelecer ações que viabilize a formação continuada, bem como facilitar a participação dos docentes da Escola, em cursos, que possibilitem a formação contínua.

Desse modo, facilitar encontros na Escola para estudos coletivos e sistemáticos, reuniões para troca de experiências, reflexão sobre os problemas da sala de aula, tomada de decisões em relação ao ensino-aprendizagem, formar grupos de estudos, encaminharem experiências vivenciadas em sala de aula de tal forma que cada participante do encontro, torne-se, ele próprio, um recurso de aprendizagem para os outros, são alternativas que proporcionam o aprender contínuo e que devem ser gerenciadas pelo Gestor da Escola.

Tanto Nóvoa quanto Demo, sustenta a idéia de que só o professor deve ser responsável por sua formação, entretanto, para que ele reconheça tal responsabilidade é preciso estar consciente dela. Assim, é no momento da construção do projeto político pedagógico da Escola que, o gestor deve “preparar” os professores para a inserção de ações que proporcionem a formação continuada dos professores na própria Escola. Assim, para Libâneo (2001: 126):

Que tipo de Escola, nós, profissionais desta Escola, queremos? Que objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas desta comunidade Escolar? Que necessidade precisou atender em termos de formação dos alunos para autonomia, cidadania, participação? Como faremos para colocar o projeto em permanente avaliação dentro da prática da ação-reflexão-ação?

Nesse aspecto, estas devem ser as perguntas norteadoras na elaboração do projeto político pedagógico da Escola. E dentre elas podemos então, incluir aquela que diz respeito à formação contínua do professor: Quais as necessidades precisaram atender em termos de

formação contínua dos professores para autonomia, cidadania, participação? Ora, só formará cidadão autônomo, crítico e participativo, o professor que possui tais características.

Assim, querer uma Escola onde o professor não a conceba somente como o lugar onde ele ensina, mas um ambiente em que docência e aprendizagem estejam intrinsecamente ligadas, ou seja, que tenha uma relação recíproca entre ensinar e aprender, esta deve ser uma característica instituinte do projeto pedagógico, cabendo ao Gestor Escolar a tarefa de conscientização, para que tal característica esteja inserida no projeto pedagógico da Escola.

Sem contar que, antes mesmo do diagnóstico inicial e da mobilização de toda a coletividade da Escola no momento da discussão para a elaboração do projeto político pedagógico da Escola, há que se ter em mente o art. 2º da LDB (1998: 7) que diz:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (grifo nosso).

Fazer com que a Escola cumpra sua finalidade precípua; “*pleno desenvolvimento do educando (...)*” requer profissionais, e principalmente, docentes devidamente qualificados, todavia, o quadro educacional brasileiro é ainda bastante insatisfatório. Indicadores quantitativos e qualitativos mostram o longo caminho a percorrer em busca da equidade. Comparações com outros países em estágio equivalente de desenvolvimento colocam o Brasil em desvantagem na área da educação.

Dados revelam desigualdades regionais, baixo aproveitamento Escolar, distorção idade/série, índices de evasão e repetência. Esses resultados refletem o processo de extrema concentração de renda e de níveis elevados de pobreza ainda existentes no país.

Por outro lado, por muitos anos os argumentos de que o ambiente familiar, a pobreza, as condições sociais, o nível de Escolaridade dos pais eram fatores determinantes para o aprendizado do aluno. Assim, os alunos pobres matriculados estavam fadados ao fracasso, com poucas chances de sucesso, por mais esforço que se fizesse. Os alunos, filhos de pais de melhor poder aquisitivo e com influência na sociedade eram os melhores alunos da Escola. A Escola então entrou num processo de letargia e a partir daí passou a cumprir uma rotina diária de atividades que não tinha muito a ver com a formação Escolar, pois não havia participação relevante dos alunos e tudo era estático e sem motivação.

Hoje, essa concepção já não impera, graças às mudanças ocorridas na política governamental, relacionadas à educação, como por exemplo, novas exigências nos cursos de

formação inicial, bem como a formação continuada. Pois, sabe-se que ainda hoje o problema existe, muito embora, a legislação vigente no país condene a exclusão, o preconceito e a discriminação. Ademais, a toda exclusão, importa numa inclusão, se o aluno foi excluído da Escola, com certeza, fará parte de grupos marginalizados.

Lamentavelmente, ainda existe a figura do gestor desprovido de competências para administrar coletivamente, para o coletivo e que ainda faz uso de práticas excludentes.

Não obstante, o que compete ao gestor é administrar as contradições, ou ao menos, concentrar esforços para que a Escola cumpra efetivamente sua função social. Elevar o patamar de qualidade da educação exige diferentes ações por parte do gestor. Na Escola que queremos, o trabalho do professor visa ao desenvolvimento integral das potencialidades do indivíduo como pessoa e não apenas a transmissão de conhecimentos. Isto implica uma atuação profissional não meramente técnica, como também afetiva, intelectual e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educativo formal, ocorrido dentro de uma instituição de ensino, geralmente atende a preceitos pré-estabelecidos, assim, como ficou claramente exposto no trabalho o nível de envolvimento professor-aluno tem grande relação com a aprendizagem do aluno. É perceptível que os professores com maior entrosamento com alunos, promovem uma educação de maior qualidade. Entretanto, este entrosamento é feito de maneira saudável, expondo aos alunos qual seu papel diante do processo de ensino-aprendizagem, qual a importância deste ensino para sua vida na sociedade.

Não é possível apresentar uma metodologia única para promover o melhor desempenho das atividades dos professores, entretanto, é possível afirmar, que a participação dos alunos no processo de construção do conhecimento contribui para aumentar a auto-estima, elevando o nível de conhecimento e interesse dos mesmos.

A influência exercida pelos professores, sobretudo dos que ministram aulas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, é elevada, geralmente os alunos procuram adultos para espelhar suas ações, assim, o professor, profissional que passa um bom tempo do dia com os alunos, é tido como exemplo pelos mesmos, e geralmente conseguem introduzir nos alunos conceitos permanentes, conceitos de cidadania, de ética, etc.. Neste sentido o comportamento do professor é predominante no processo de ensino-aprendizado dos alunos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Lília da Rocha; PAIXÃO, Lyra; FERNANDES, Lúcia Monteiro; DELUIZ, Neise. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 5 ed.,. São Paulo: ABPDEA, 2000.

BECKER, FERNANDO. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 7. ed., São Paulo, Campinas, Editora Pontes, 1989.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985.

MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIAGET, Jean – A Linguagem e o Pensamento da Criança. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1977.

SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e técnicas de pesquisas bibliográficas. 2 ed.,Porto Alegre: Sulina, 1970.

TACHIZAWA, Takeshy e MENDES, Gildásio. Como fazer monografia na prática. 5 ed.,. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas

TRALDI, Maria Cristina e DIAS, Reinaldo. Monografia passo a passo. Campinas, São Paulo: Alínea, 1998.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.